

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O objeto da presente contratação se trata **Permissão de uso, a título precário e oneroso, de área localizada no Aeroporto Regional do Oeste – Coronel Adalberto Mendes da Silva (SBCA), no Município de Cascavel/PR, com extensão de 636.483,72 m<sup>2</sup> (Seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três metros quadrados e setenta e dois centésimos), destinada exclusivamente à exploração comercial da atividade de implantação, plantio, cultivo, manutenção e comercialização de grama cultivada (grameira), dentro das normas de segurança operacional aeroportuária, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

1.2. O critério de julgamento a ser adotado no certame será o de maior oferta de preço pela outorga de permissão de uso, conforme previsto na legislação vigente e nos regulamentos internos da Transitar. Esse critério assegura competitividade, transparência e vantajosidade econômica para a Administração.

1.3. Dessa forma, a presente solução demonstra-se tecnicamente adequada, juridicamente segura e operacionalmente viável, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade que orientam a gestão pública sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas da Transitar.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Exploração Comercial – Grameira área de 636.483,72 m2 anual	5	ANUAL	50.125,15	250.625,75
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 250.625,75 (Duzentos e cinquenta mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos).					

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.4. O objeto da contratação é classificado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que envolve atividades rotineiras de natureza padronizável, cuja execução pode ser objetivamente definida e fiscalizada pela Administração. Não se trata de bem ou serviço de luxo, mas de uma solução técnica e funcional, voltada à maximização do uso de um ativo público e à geração de benefícios operacionais e econômicos para o aeroporto.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 01/2024 - TRANSITAR.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a exploração se dará de forma prolongada e os serviços de manutenção são necessários para devido funcionamento e segurança das operações do sítio aeroportuário, sendo a vigência plurianual mais vantajosa garantindo melhor retorno financeiro a Administração Pública e permanência dos serviços aqui expostos.

## **Prazo de vigência**

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do Termo de Permissão de Uso, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8. O Termo de Permissão de Uso oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico Específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Cascavel – PR em 01º de agosto de 2024, Edição Ordinária nº 3881, Ano 2024, Caderno 1 – Atos do Poder Executivo, item 93.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A presente permissão deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para garantir a exploração adequada da área aeroportuária, de forma segura, sustentável e em conformidade com as normas vigentes que regulam o uso de áreas localizadas em sítios aeroportuários.

4.2. A área objeto da permissão de uso, com extensão de aproximadamente 636.483,72 m<sup>2</sup>, de exploração anual, que deverá ser utilizada exclusivamente para a atividade de implantação, plantio, cultivo, manutenção e comercialização de grama cultivada, sendo vedada qualquer destinação diversa daquela expressamente autorizada no termo contratual.

4.3. A execução da atividade deverá observar os seguintes requisitos e condições essenciais:

4.3.1. Conformidade com as normas de segurança operacional aeroportuária, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, garantindo que nenhuma operação realizada no sítio aeroportuário interfira, direta ou indiretamente, nas atividades aéreas.

Para esse fim, destaca-se que a Instrução Suplementar – IS nº 153.73-001 tem por objetivo esclarecer, detalhar e orientar a aplicação dos requisitos previstos na Seção 153.73 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC nº 153, os quais tratam do gerenciamento dos aspectos críticos que possam comprometer a segurança operacional do aeródromo, incluindo:

- manutenção das áreas verdes dentro dos limites operacionais,
- controle da altura da grama,



- prevenção de focos atrativos de fauna,
- mitigação de riscos decorrentes de vegetação, obstáculos ou outras interferências.

Assim, todas as atividades executadas no aeródromo devem observar integralmente as disposições da IS nº 153.73-001, assegurando que os parâmetros de segurança operacional sejam atendidos e que não haja qualquer prejuízo à operação aérea.

4.3.2. Manutenção contínua da área sob responsabilidade do permissionário, assegurando o controle da vegetação, prevenção de erosão, drenagem adequada e limpeza geral do terreno, em conformidade com o Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna (PGRF) do aeroporto;

4.3.3. Utilização de técnicas agrícolas sustentáveis, que não causem impactos ambientais adversos, devendo o permissionário obter as licenças e autorizações ambientais pertinentes, quando aplicável;

4.3.4. Execução das atividades com recursos próprios, sem ônus para a Administração, incluindo a responsabilidade por mão de obra, insumos, equipamentos e manutenção das instalações necessárias ao cultivo e comercialização da grama;

4.3.5. Garantia de não interferência nas operações aeroportuárias, cabendo ao permissionário interromper ou ajustar as atividades sempre que solicitado pela administração aeroportuária, por razões de segurança ou interesse público;

4.3.6. Apresentação de cronograma de atividades, contendo as etapas de preparo do solo, plantio, manutenção e colheita, com indicação de técnicas utilizadas e periodicidade de execução;

4.3.7. Qualificação técnica do permissionário, comprovada mediante apresentação de atestados ou declarações que demonstrem experiência prévia em atividades de cultivo, manutenção e comercialização de grama ou produtos similares, assegurando a capacidade operacional para o cumprimento das obrigações assumidas;

4.3.8. Responsabilidade integral pela integridade física da área e dos acessos utilizados, devendo manter o local em condições adequadas de conservação e segurança durante toda a vigência da permissão;

4.3.9. Garantia contratual de execução das obrigações, mediante caução, fiança ou seguro garantia, conforme previsto no edital, como forma de assegurar a correta execução e manutenção das condições pactuadas.

4.4. O cumprimento desses requisitos visa garantir que a exploração da área seja conduzida de forma eficiente, segura e sustentável, promovendo o uso produtivo do patrimônio público e preservando as condições operacionais do aeroporto, em alinhamento às diretrizes da Transitar e às exigências da legislação aeroportuária e contratual

4.5. Além da exploração econômica da área total de 636.483,72 m<sup>2</sup> (Seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três metros quadrados e setenta e dois centésimos), situada no Aeroporto Regional do Oeste – Coronel Adalberto Mendes da Silva (SBCA), a ser entregue nas condições atuais de conservação e uso, o permissionário declara estar plenamente ciente

de que a área apresenta características de degradação ambiental, irregularidades no solo e pontos de assoreamento, cabendo-lhe, sob sua inteira responsabilidade, a execução de todas as ações necessárias à adequação e preparo do terreno para o desenvolvimento da atividade objeto da permissão, compreendendo:

- 4.5.1. limpeza, desassoreamento e correção do solo;
- 4.5.2. drenagem e nivelamento da superfície;
- 4.5.3. adubação e demais procedimentos técnicos indispensáveis ao plantio, cultivo, manutenção e comercialização da grama cultivada (grameira).

4.6. Todas as intervenções e melhorias realizadas deverão observar as normas de segurança operacional aeroportuária e as diretrizes ambientais aplicáveis, sendo de responsabilidade exclusiva do permissionário os custos, licenças, autorizações e eventuais reparos decorrentes das atividades executadas na área.

#### **Sustentabilidade**

---

4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos no Estudo Técnico Preliminar e regulamentos que baseiam o presente objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.7.1. O Permissionário deve utilizar práticas e materiais sustentáveis sempre que possível, adotando medidas para promover eficiência energética, uso responsável dos recursos naturais e redução do impacto ambiental;
- 4.7.2. O Permissionário deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos com as devidas comprovações e laudos de descarte apropriados;
- 4.7.3. Serão priorizados materiais e tecnologias sustentáveis, com baixo consumo de energia, baixa emissão de gases poluentes, menor impacto ambiental durante a produção e descarte;
- 4.7.4. Serão adotadas práticas de gestão de resíduos eficientes, incluindo a separação, reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados durante o serviço.

#### **Indicação de marcas ou modelos (art.41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

---

4.8. Não aplicável ao presente objeto.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

---

4.9. Não aplicável ao presente objeto.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

---

4.10. Não aplicável ao presente objeto.

#### **Subcontratação**

---

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

---

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do Termo de Permissão de Uso e 90



(noventa) dias corridos após término da vigência contratual, podendo o Permissionário optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total da contratação**.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, **no máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso.

4.13.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Permissionário não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do Termo de Permissão de Uso, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Termo de Permissão de Uso principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do Termo de Permissão de Uso, deverá apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Permitente, contado da assinatura do Termo de Permissão de Uso, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13.6. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Permissionário, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Permissionário, deverá ser efetuada em favor do Permitente, em conta específica a ser fornecida pela Permitente, com correção monetária.

4.14.1. O Permissionário deverá requerer a Permitente os dados bancários para prestação de garantia no ato da assinatura do Termo de Permissão de Uso.

4.14.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada **em até 10 (dez) dias úteis**, contados da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso.

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Permitente juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022)

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.18.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Termo de Permissão de Uso e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.18.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Permissionário; e

4.18.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Permissionário

4.19. No caso de alteração do valor do Termo de Permissão de Uso, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.20. Na hipótese de suspensão do Termo de Permissão de Uso por ordem ou inadimplemento da Administração, o Permissionário ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Permissionário obriga-se a fazer a respectiva reposição **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Permitente, contados da data em que for notificada.

4.22. O Permitente executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.22.1. O emitente da garantia ofertada pelo Permissionário deverá ser notificado pelo Permitente quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Termo de Permissão de Uso de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Permitente, mediante termo circunstanciado, de que o Permissionário cumpriu todas as cláusulas do Termo de Permissão de Uso.

4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Termo de Permissão de Uso ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Permissionário pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.24.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Termo de Permissão de Uso de trabalho;

4.24.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços permissionados, a Administração poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Termo de Permissão de Uso no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.25. O Permissionário autoriza o Permitente a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Permitente com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao permissionário.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.28. O licitante poderá realizar a avaliação prévia do local a ser explorado, bem como das obrigações acessórias para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser permissionado, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 16 horas.

4.28.1. Para o devido agendamento, deverá o interessado entrar em contato via whatsapp (45) 99135-2317 ou e-mail [aeroporto.adm@transitarcascavel.com.br](mailto:aeroporto.adm@transitarcascavel.com.br).



4.29. Poderão ser disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.30. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da vistoria.

4.31. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o permissionário assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **Instalação de escritório**

4.33. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços Permissionados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima no município de Cascavel/PR.

4.34. A exigência de que o permissionário mantenha escritório ou base operacional na região do Município de Cascavel/PR fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e regulatórios diretamente vinculados à segurança aeroportuária. As áreas de gramado situadas no entorno da pista de pouso, *taxiways* e demais faixas de segurança constituem elementos essenciais para a Segurança Operacional (*Safety*), conforme disciplinado pelos regulamentos da ANAC, especialmente os RBAC 153 e 139. A inadequada manutenção dessas áreas pode aumentar o risco de presença de FOD, atrair fauna potencialmente nociva — ampliando a probabilidade de *bird-strike* — e afetar a visibilidade de balizamentos e indicadores visuais. Diante disso, demandas emergenciais relacionadas ao gramado aeroportuário exigem resposta imediata, condição que não pode ser garantida por empresas que não possuam presença física na região de Cascavel/PR. A existência de um escritório ou base operacional local assegura prontidão compatível com o nível de criticidade da atividade.

4.35. A natureza dos serviços requer, ainda, disponibilidade contínua de equipamentos, equipes e insumos para intervenções regulares e emergenciais. Tratores, roçadeiras, implementos específicos, mão de obra qualificada e materiais de apoio devem estar permanentemente acessíveis. A ausência de estrutura local compromete a capacidade de mobilização rápida, podendo causar interrupções nas operações aeroportuárias ou descumprimentos dos requisitos mínimos de segurança operacional estabelecidos pelos regulamentos da aviação civil. Manter base na região garante que a empresa esteja apta a realizar ações preventivas e corretivas de forma tempestiva, prevenindo danos e assegurando a continuidade das operações aeronáuticas.

4.36. Além dos aspectos operacionais, a exigência também encontra fundamento na necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais. As atividades de manutenção do gramado são contínuas, mas sofrem variações conforme condições climáticas, restrições operacionais e demandas imprevistas. Chuvas intensas, ventos fortes ou alterações no fluxo de operações podem demandar intervenções imediatas, muitas delas fora da programação ordinária. Empresas sem estrutura regional estão sujeitas a atrasos e dificuldades logísticas que

podem comprometer a segurança de voo, a regularidade das operações e até mesmo gerar penalidades regulatórias ao operador aeroportuário.

4.37. Sob a perspectiva administrativa, a exigência contribui para a efetividade da fiscalização pela Administração Pública. A presença do permissionário próximo ao sítio aeroportuário facilita o acompanhamento técnico da execução contratual, a realização de reuniões operacionais, o controle de rotinas obrigatórias e o monitoramento da conformidade com as exigências do Termo de Referência. A Lei nº 14.133/2021 atribui à Administração o dever de fiscalizar adequadamente os Termos de Permissão de Uso e instrumentos correlatos, sendo necessário que o permissionário forneça condições para tal fiscalização. A manutenção de escritório na região, portanto, reforça a viabilidade e a eficiência dessa supervisão.

4.38. A medida, além de necessária, é proporcional e não restringe indevidamente a competitividade. Embora se trate de exigência vinculada à segurança aeronáutica, não se demanda que as empresas concorrentes possuam a estrutura previamente ao certame, mas apenas que a estabeleçam antes do início da execução da permissão. Também não se exige instalação ampla ou onerosa, mas sim uma base mínima, funcional e adequada ao atendimento imediato das demandas operacionais. Dessa forma, preserva-se o equilíbrio entre a necessidade pública e a promoção da participação ampla de potenciais interessados.

4.39. Por fim, a exigência mostra-se plenamente compatível com o objeto da permissão de uso para exploração grameira dentro do sítio aeroportuário. A atividade econômica de manejo e destinação do gramado está diretamente associada à manutenção técnica da vegetação, impondo ao permissionário a necessidade de acompanhar o crescimento da grama, realizar cortes no período adequado e adequar sua operação às restrições e autorizações emitidas pelo operador aeroportuário. Essas demandas exigem presença frequente e capacidade de resposta rápida, o que seria inviabilizado por empresas estabelecidas em regiões distantes.

4.40. Assim, a obrigação de manter escritório ou base operacional na região de Cascavel/PR revela-se medida indispensável à segurança de voo, à continuidade dos serviços, à fiscalização administrativa e à adequada execução da permissão de uso, atendendo aos critérios de necessidade, proporcionalidade e razoabilidade exigidos pela legislação e pelos regulamentos aeronáuticos.

#### **Obrigações das partes**

---

4.41. As obrigações da Permitente e da Permissionário constarão no Termo de Permissão de Uso.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

---

5.1. O modelo de execução do objeto seguirá o contido no Estudo Técnico Preliminar, e o disposto abaixo:

#### **Condições de execução**

---

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. O prazo de início dos serviços deverá ocorrer **em até 15 (quinze) dias corridos**, após assinatura do Termo de Permissão, referente ao item PLANTIO DE GRAMA.



5.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, e cronograma de realização dos serviços, será estabelecido pelo permissionário, e em conforme com as **obrigações acessórias do Permissionário**:

5.4. Além da exploração econômica da área total anual **636.483,72 m<sup>2</sup> (Seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três metros quadrados e setenta e dois centésimos) metros quadrados** sendo entregue nas condições atuais, ficando sob responsabilidade do Permissionário, a adequação do solo, e demais providências necessárias, para o devido a exploração do objeto plantio da grama, área degradada, assoreamento constituem obrigações da Permissionário:

5.4.1. **Plantio de Grama:** O permissionário obriga-se a executar o plantio de grama da variedade *Pensacola* ou outra equivalente, sob o critério e aprovação expressa da administração do Aeroporto, em área complementar de 257.549,76 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove metros quadrados e setenta e seis decímetros quadrados), em estrita conformidade com as especificações técnicas definidas pela Administração.

5.4.1.1. O prazo de início dos serviços deverá ocorrer **em até 15 (quinze) dias corridos**, após assinatura do Termo de Permissão.

5.4.1.2. Antes da implantação, deverá ser realizada a adequação do solo, compreendendo preparo, correção e nivelamento necessários, de forma a garantir a plena viabilidade e qualidade do plantio.

5.4.1.3. O permissionário deverá adotar todos os critérios técnicos e ambientais exigidos pela Administração e pela legislação aplicável, incluindo eventual licenciamento, controle de insumos e práticas de conservação do solo.

5.4.2. **Áreas específicas a serem mantidas**

5.4.2.1. Área adjacente ao balizamento: manter aparada e sob vigilância permanente, totalizando 17.520,76 m<sup>2</sup> (dezessete mil, quinhentos e vinte metros quadrados e setenta e seis decímetros quadrados);

5.4.2.2. Área de segurança e entorno: manter aparada, limpa de qualquer objeto ou galhos, totalizando 82.958,01 m<sup>2</sup> (oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito metros quadrados e um decímetro quadrado).

5.4.3. **Cercas Aeroportuárias:** Executar a manutenção preventiva e corretiva das áreas verdes em torno da cerca patrimonial e operacional do aeroporto, em extensão linear de 7.000 m (sete mil metros), abrangendo ambos os lados, perfazendo um total de 14.000 m (quatorze mil metros).

5.4.4. O permissionário deverá realizar a **manutenção contínua** de todas as áreas sob sua responsabilidade, mantendo a grama permanentemente aparada, limpa e em condições que não comprometam a segurança operacional do aeródromo. A manutenção deverá observar integralmente os requisitos previstos na Seção 153.213 do RBAC nº 153 (Áreas Verdes), especialmente no que se refere ao controle da vegetação de modo a



evitar a formação de obstáculos, a atração de fauna e qualquer interferência nas operações aéreas.

5.4.5. A execução dos serviços deverá, ainda, atender ao disposto na Seção 153.215 do RBAC nº 153 (Sistema de Drenagem), de forma a prevenir acúmulo de água, erosões ou condições que favoreçam o surgimento de espécies que representem risco à fauna local.

5.4.6. O Permissionário deverá cumprir também as orientações técnicas estabelecidas na Instrução Suplementar IS nº 153.501-001, que trata do Gerenciamento do Risco da Fauna, garantindo que a altura da vegetação seja mantida dentro dos limites recomendados pela administração aeroportuária e compatíveis com as boas práticas de mitigação de risco operacional.

5.4.7. **Responsabilidade Econômica:** Suportar integralmente, às suas expensas, os custos de plantio, manutenção, corte, roçada, reposição de vegetação, aplicação de agente fitossanitário (herbicida autorizado) e manutenção das cercas, sem qualquer ônus adicional para a Administração, constituindo-se tal obrigação em contrapartida econômica à permissão de uso.

5.4.8. **Paisagismo do Terminal de Passageiros**

5.4.8.1. O Permissionário deverá implementar e manter o **paisagismo interno e frente do Terminal de Passageiros do Aeroporto**, com o objetivo de promover um ambiente agradável, acolhedor e visualmente harmonioso aos usuários, visitantes e colaboradores. Esta obrigação compreende:

5.4.8.2. **Disponibilização e instalação de vasos decorativos**, distribuídos de forma estratégica nas áreas internas do Terminal de Passageiros, em quantidade, formas e modelos adequados ao espaço, mediante aprovação prévia da Administração do Aeroporto.

5.4.8.3. **Fornecimento e manutenção de plantas naturais**, adequadas ao ambiente interno, incluindo:

- irrigação regular;
- podas leves;
- reposição de plantas danificadas, doentes ou inadequadas;
- adubação e cuidados fitossanitários necessários;
- garantia de que nenhuma espécie representará risco sanitário, de fauna ou de operação aeroportuária.

5.4.8.4. O Permissionário deverá manter o paisagismo **sempre limpo, saudável e em boas condições visuais**, responsabilizando-se também por substituir vasos, suportes ou elementos decorativos eventualmente danificados.

5.4.8.5. A composição paisagística deverá ser previamente apresentada à Administração do Aeroporto para **aprovação formal**, incluindo o layout proposto, quantidade de vasos, espécies vegetais e critérios de manutenção.

5.4.9. Para melhor visualização, integra este documento o mapa, anexo I, que demonstra especificamente a área a ser mantida e explorada. As indicações textuais e o mapa são complementares, devendo o Permissionário cumprir integralmente ambos,

prevalecendo o texto sempre que houver necessidade de detalhamento e o mapa quanto a visualização da área.

#### 5.5. **Contrapartida econômica**

5.5.1. Em razão do cumprimento das obrigações acessórias previstas neste instrumento, o Permissionário ficará **isenta da outorga** pelo período inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da assinatura do contrato.

5.5.2. A partir do 3º ano, a outorga anual será recolhida **em parcela única**, sempre no primeiro mês de cada exercício, até o décimo dia, conforme tabela abaixo:

**1º ano** (12 meses) = ISENTOS;

**2º ano** (24 meses) = ISENTOS

**3º ano** (36 meses) = Pagamento outorga,

**4º ano** (48 meses) = Pagamento outorga,

**5º ano** (60 meses) = Pagamento outorga.

5.5.3. O pagamento deverá ser efetuado até a data estabelecida pela Administração. Tal procedimento tem por finalidade simplificar o controle financeiro e assegurar a regularidade da arrecadação, sem prejuízo das demais obrigações contratuais assumidas pelo Permissionário. O valor da outorga será calculado com base na Unidade Fiscal do Município de Cascavel (UFM), vigente no exercício de referência, devendo ser atualizado conforme as disposições previstas na legislação municipal aplicável.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.6. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Itelo Webber - Santos Dumont, Cascavel - PR, 85804-810.

5.7. Os serviços serão prestados no seguinte horário, previamente estabelecidos entre o permissionário e o fiscal, preferencialmente nos horários entre voos.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.8. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.8.1. Conforme cronograma a ser apresentado pelo permissionário.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, o Permissionário deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.10.1. Área de exploração comercial grameira: 636.483,72 m<sup>2</sup> (ano);

5.10.2. Realização de manutenção da área verde do entorno da pista de pouso e áreas de taxiamento.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da lei nº 14.133, de 2021)**

5.11. O Tendo em vista que o objeto consiste em **permissão de uso de bem público, a título precário e oneroso**, para exploração econômica de área localizada no Aeroporto Regional do Oeste – Coronel Adalberto Mendes da Silva (SBCA), **não se aplica garantia de serviço**, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

5.12. A permissão de uso não se caracteriza como contrato de prestação de serviço com entrega final passível de garantia, mas sim como **atividade contínua**, cujas obrigações operacionais, ambientais e de segurança deverão ser **cumpridas e fiscalizadas durante toda a vigência do Termo de Permissão de Uso**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e, se for o caso, revogação da permissão, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

5.13. prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Termo de Permissão de Uso.

#### **Uniformes e EPIs**

5.14. Os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a serem fornecidos pelo Permissionário a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Permitente, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nas legislações trabalhistas vigentes.

#### **Procedimentos de transição e finalização do Termo de Permissão de Uso**

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do Termo de Permissão de Uso devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

6.1. O Termo de Permissão de Uso deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Termo de Permissão de Uso, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Permissionário devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do Termo de Permissão de Uso ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do Permissionário para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações



contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Permissionário, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

---

6.6. A Permissionário deverá apresentar formalmente o preposto da empresa **no prazo de até 5 (cinco) dias** à fiscalização do Termo de Permissão de Uso, indicando no instrumento nome completo, CPF, dados para contato (telefone e e-mail), e os poderes e deveres em relação à execução do objeto Permissionário.

6.7. O preposto deverá estar disponível para atender a Permitente em dias úteis e em horário comercial.

6.8. A Permitente poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Permissionário designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

---

6.9. A execução do Termo de Permissão de Uso deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo fiscal do Termo de Permissão de Uso, ou pelos seus respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9.1. A fiscalização contratual seguirá o contido na Instrução Normativa Nº 007/2024 - TRANSITAR.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

7.1. Não se fará utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

### **Do recebimento**

---

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente **no prazo de 03 (três) dias úteis**, pelo fiscal de Termo de Permissão de Uso, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências dispostas no Termo de Permissão de Uso.

7.2.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Permissionário apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.3. O Permissionário também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Permissionário com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O(s) fiscal(is) do Termo de Permissão de Uso realizará(ão) o recebimento provisório do objeto do Termo de Permissão de Uso mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

7.5. O fiscal setorial do Termo de Permissão de Uso, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito do recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do Termo de Permissão de Uso irá apurar o resultado da avaliação da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos o Permissionário, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Termo de Permissão de Uso.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Permissionário fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Termo de Permissão de Uso, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Termo de Permissão de Uso para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente **no prazo de 30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Permissionário, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,

devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando o Permissionário, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de Termo de Permissão de Uso para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Permissionário, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Termo de Permissão de Uso.

#### **Liquidação**

7.12. Por se tratar de processo de geração de receita, não se aplica os termos de liquidação.

#### **Prazo de pagamento**

7.13. O pagamento deverá ser efetuado até a data estabelecida pela Administração. Tal procedimento tem por finalidade simplificar o controle financeiro e assegurar a regularidade da arrecadação, sem prejuízo das demais obrigações contratuais assumidas pela Permissionário, conforme item 5.5.3.

7.14. No caso de atraso pelo Permitente, os valores devidos ao Permissionário serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGPM-FGV** de correção monetária, ou na sua ausência índice que o substituir.

7.15. Persistindo a irregularidade superior a 30 (trinta) dias corridos, a Permitente aplicará adicionalmente taxa de compensação financeira, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da(s) parcela(s) mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo,



**EM** = Encargos moratórios;

**I** = Índice de compensação financeira;

**N** = Número de dias entre a data de vencimento e o efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

O índice de compensação financeira possuirá valor de 0,00016438, sendo assim apurado:

$I = (TX)$

**TX** = Percentual da taxa anual de 6%

$I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$

7.16. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

#### **Do reajuste**

7.17. Os preços inicialmente firmados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.18. Para fins de atualização dos valores devidos, fica esclarecido que o reajuste anual já está contemplado na atualização do valor da UFM (Unidade Fiscal do Município). Assim, a correção anual dos valores ocorrerá exclusivamente pela atualização da UFM, não sendo admitida aplicação cumulativa ou paralela de índices, evitando-se duplicidade de reajustes.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento deverá ser realizado através de depósito ou transferência bancária para agência e conta corrente indicados pelo Permissionário.

### **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Permissionário que:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão de Uso;

8.1.2. der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão de Uso que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. der causa à inexecução total do Termo de Permissão de Uso;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Termo de Permissão de Uso;

- 8.1.6. praticar ato fraudulento na execução do Termo de Permissão de Uso;
  - 8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Permissionário que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência, quando o Permissionário der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão de Uso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8 do subitem acima, bem como nas alíneas 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.3. Multa:
- 8.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item 8.1.4, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela descumprida.
  - 8.3.2. Moratória de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Termo de Permissão de Uso, até o máximo de 1% (um por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
  - 8.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do Termo de Permissão de Uso por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - 8.3.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas 8.1.5 a 8.1.8 de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
  - 8.3.5. Compensatória, para a inexecução total do Termo de Permissão de Uso prevista acima na alínea 8.1.3, de **5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
  - 8.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea 8.1.2, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
  - 8.3.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea 8.1.4, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
  - 8.3.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea 8.1.1, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
- 8.4. As penalizações e dosimetrias seguirão o contido no Decreto Municipal nº 19.857/2025.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Permitente.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência, em acordo ao Decreto Municipal nº 19.857/2025, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas caso ocorram.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Permitente ao Permissionário, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. Em casos de atraso de pagamento das multas previstas superior a 30 (trinta) dias corridos, com exceção da contida no item 8.3.5, a Permitente aplicará adicionalmente taxa de compensação financeira, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da(s) parcela(s) mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo,

**EM** = Encargos moratórios;

**I** = Índice de compensação financeira;

**N** = Número de dias entre a data de vencimento e o efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

O índice de compensação financeira possuirá valor de 0,00016438, sendo assim apurado:

$$I = (TX)$$

**TX** = Percentual da taxa anual de 6%

$$I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Permissionário, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.11. O Permitente deverá, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.



158  
159

8.13. Os débitos do Permissionário para com a Administração Permitente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Permissão de Uso ou de outros Termo de Permissão de Uso administrativos que o Permissionário possua com o mesmo órgão ora Permitente, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, pelo método auxiliar de **PREGÃO INVERTIDO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR OFERTA**, devendo ser respeitados os valores mínimos por **item (unitário e total) e por grupo (global)**.

### Regime de execução

9.2. O regime de execução do Termo de Permissão de Uso por **empreitada por preço unitário**.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou Termo de Permissão de Uso social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

159  
160  
A

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso;

9.14. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),** mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.16. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão expedida pela referida fazenda pública, ou outra equivalente na forma da lei;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores ou iguais a 1 (um);

9.24.2. O índice referido no item acima foi definido por ser considerado usual para a conferência da saúde financeira da empresa, sendo entendido que não há posicionamento de prejuízos contínuos por parte da empresa, ou ainda de descumprimentos as obrigações de quitação de suas despesas.

9.24.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.4. As Microempresas Individuais poderão apresentar o Certificado Cadastral de Empreendedor Individual como substituto ao balanço de abertura ou ao balanço parcial, caso a sua abertura tenha ocorrido em período inferior a 6 (seis) meses da data da licitação.

9.24.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



9.27.1. Na ausência de atestado de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a Administração utilizará a ferramenta do sistema SICAF "Calculadora Financeira" para conferência dos índices com base nos valores provenientes dos balanços patrimoniais apresentados.

#### **Qualificação Técnica**

9.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Se a licitante realizou a Visita ao Local, deverá apresentar a Declaração conforme modelo anexo ao edital, com ciência das condições para os quais deseja concorrer. Documento este, que deverá constar junto à Documentação de Habilitação da empresa Proponente.

9.31. Atestados de capacidade técnica que demonstrem que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação e pela duração mínima de 1 (um) ano, podendo ser apresentados quantos atestados necessários para cumprimento da exigência. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 67, §§ 1º, 2º e 5º).

9.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.31.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. A licitante deverá comprovar, por meio de seu contrato social ou documento equivalente, que o seu objeto social é compatível com o objeto desta licitação. A compatibilidade será verificada pela Administração considerando a pertinência e a relação direta entre as atividades previstas no contrato social e as características essenciais do objeto a ser contratado, não se exigindo identidade literal, mas sim correspondência técnica suficiente que demonstre a aptidão da empresa para a execução do serviço, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 250.625,75 (Duzentos e cinquenta mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos)**, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

10.2. Conforme a IN 02/2024, art. 6º, § 1º, considerando se tratar de objeto sem referência de mercado, será considerado como estimativa de valor a base da Unidade Fiscal do Município (UFM) do Município de Cascavel, sobre a metragem quadrada a ser explorada. Tal critério e método seria o mais adequado pois este é utilizado para fins de cálculos de área, a exemplo do IPTU.

362  
88

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. objeto da presente licitação não implica em quaisquer despesas a serem executadas por conta de dotação orçamentária da Autarquia Municipal de Mobilidade, Trânsito e Cidadania – TRANSITAR, vez que se trata de receita e ressarcimento.

163

21

11.2. Os recursos provenientes desta contratação serão integrados às seguintes Contas Contábeis:

11.2.1. Conta Contábil: 4131102010700000000 – Permissão de Uso – Aeroporto

Vínculo: 89 – Aeroporto

Ação: 2643

Dotação: 1786

Elemento: 3.33.90.39 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Subelemento: 3.33.90.39.10.00 – Locação de Imóveis

## **12. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

12.1. Considerando a natureza do objeto não há necessidade de classificá-lo como sigiloso, nos termos da lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Cascavel/PR, 26 de janeiro de 2026.

  
**Sandra Luisa Covatti**

Matricula nº 109

Aprovado por:

  
**Jocemara Lopes**

Diretora do Departamento de Administração Aeroportuária